

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7180, DE 2014, DO SR. ERIVELTON SANTANA, QUE "ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996" (INCLUI ENTRE OS PRINCÍPIOS DO ENSINO O RESPEITO ÀS CONVICÇÕES DO ALUNO, DE SEUS PAIS OU RESPONSÁVEIS, DANDO PRECEDÊNCIA AOS VALORES DE ORDEM FAMILIAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO MORAL, SEXUAL E RELIGIOSA), E APENSADOS (ESCOLA SEM PARTIDO).

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. BACELAR)

Requer a realização de Audiência Pública destinada a debater o Projeto de lei nº 7.180/2014 e seus apensados.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater a perseguição que professores já vêm sofrendo por membros do “Movimento Escola Sem Partido”, no âmbito das escolas brasileiras.

Para tanto, sugere-se que o debate envolva atores relevantes para o aprofundamento do tema, que tomamos a liberdade de sugerir, sem prejuízo de acréscimos por parte das Sras. e Srs. membros da Comissão de Educação:

- Daniel Macedo, professor da Escola Estadual Lucilo José Ribeiro, da cidade de São José da Tapera, em Alagoas;

- Cleonilde Tibiriçá, ex-professora da Fatec Barueri, em São Paulo;
- Janeth de Souza e Silva, professora do Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu (RJ);
- Gabriela Viola, professora de Colégio Estadual em Curitiba (PR);
- Alice Aparecida e Silva, professora do Instituto de Educação Estadual de Londrina (PR);

JUSTIFICAÇÃO

Esta audiência tem como objetivo demonstrar e discutir a perseguição que professores já vêm sofrendo por membros do “Movimento Escola Sem Partido”, no âmbito das escolas brasileiras, antes mesmo que os trabalhos desta Comissão sejam concluídos.

Daniel Macedo, professor da Escola Estadual Lucilo José Ribeiro, da cidade de São José da Tapera, em Alagoas, desenvolveu o projeto Diário de Gente — Sexualidade e Gênero, tendo elaborado com os alunos uma série de oficinas com estratégias pedagógicas diferenciadas: analisaram textos e reportagens sobre feminicídio, violência contra a mulher e identidade e expressão de gênero. Também assistiram a filmes e palestras, fizeram uma peça de teatro, apresentações de dança e música e uma sessão de fotografia.

Desde então, o professor tornou-se alvo de perseguição. Na Assembleia Legislativa do Estado, deputados defensores do Escola Sem Partido cobram uma “punição severa” ao professor. Daniel Macedo também tem sofrido ataques pessoais e difamação nas redes sociais, principalmente por páginas pró-Escola Sem Partido.

Em entrevista publicada no site do Centro de Referências em Educação Integral, o professor explicou que o tema do projeto Diário de Gente surgiu da demanda dos próprios estudantes que viam a escola ser palco de numerosos atos e discursos de discriminação contra os alunos homossexuais e transexuais.

“Temos estudantes com ideações suicidas e se automutilando por conflitos em relação ao gênero e à sexualidade, sendo xingados e humilhados pelos corredores. A escola ia esperar alguém cometer suicídio?”, questionou Macedo.

Ele e outro psicólogo voluntário também realizam plantões de escuta na escola para acolher estes alunos e a questão aparecia recorrentemente.

“Sou professor de Educação Física, mas também sou formado em Psicologia, e meus alunos me procuram para conversar. Mas não adianta tratar só estes alunos individualmente, não são eles o problema. Era preciso uma ação coletiva para combater o preconceito em todas as suas formas de expressão, e não só tratar os efeitos em quem sofre”.

A agência de reportagem e jornalismo investigativo “Publica” nos trouxe outras entrevistas, dando uma ideia da dimensão do problema e nos apresentando outros professores que aqui convidamos para essa audiência.

Cleonilde Tibiriçá, ex-professora da Fatec Barueri, em São Paulo, conta:

“Eu não sabia da existência do Escola Sem Partido até a ocasião. Eu dava aula na Fatec de Barueri, em São Paulo, desde sua inauguração em 2009 e em 2013 eu era a professora mais antiga na casa. Tinha sido coordenadora do principal curso de lá, de Comércio Exterior, e era professora concursada da disciplina de Comunicação e Expressão. Estou no Centro Paula Souza desde 2007, já dei aulas em Etecs e Fatecs e em diversas faculdades. Eu trabalho a língua a partir de textos ancorados em um contexto geográfico, sociopolítico. Porque em geral os alunos não entendem nada de gramática e vocabulário, porque a língua é trabalhada fora de contexto; aí eles

morrem de tédio e não sabem fazer uma análise sintática porque não veem como isso funciona na vida real. Quando você coloca isso como coisa viva, que dialoga com a realidade, o negócio muda de figura. Sempre funcionou, sempre tive muita adesão dos meus alunos. E no meu plano de ensino estava lançado o que eu iria trabalhar no semestre; sempre trabalhei com a aprovação da direção. Tinha lá Hobsbawm, Milton Santos, Chico Buarque, Paulo Freire. Tinha também muitos artigos, alguns da Carta Capital, alguns da Veja. No segundo semestre de 2013, percebi a presença de um aluno estranho, com umas perguntas estranhas. Ele vinha me sugerir textos do Reinaldo de Azevedo e eu dizia: 'Tudo bem que você faça essas leituras, mas a gente tem coisas melhores para ler em sala de aula'. Os textos que ele trazia vinham sempre do Instituto Millenium. Eu só descobri tardiamente que esse moço de 35 anos era ligado a este instituto e ao Escola Sem Partido. Em outubro daquele ano, eu recebi um e-mail do Miguel Nagib, coordenador do ESP, dizendo que tinha recebido uma denúncia e uma série de documentos referentes a minha prática doutrinária em sala de aula. Dizendo que iria publicar três artigos e estava me avisando para que eu me defendesse. Eu respondi dizendo que não autorizava a publicação de artigo nenhum, que ele não me conhecia e que, se algum aluno tinha passado informações para eles, eram informações que circulavam no interior de uma relação pedagógica e que ele não deveria ter acesso a isso. Ele ignorou minha resposta e publicou. A primeira publicação ele mandou com cópia para o diretor da Fatec de Barueri, para a superintendente do Paula Souza e para o Geraldo Alckmin. Ele dizia que eu fazia aquela prática com o dinheiro do contribuinte. Que merecia sindicância para exoneração.”

“ Eu recebi mensagens de pessoas malucas me ameaçando; no Inbox, no Facebook e na minha secretaria eletrônica, dizendo que eu não merecia só ser presa por doutrinar jovens contra a família e contra Deus, que eu merecia morrer. Outra disse que eu merecia arder no inferno. Na PUC chegaram a encontrar minha filha, porque ela estava no meu Facebook, indicaram quem era ela para um maluco e ele começou a gritar: 'Olha a filha da doutrinadora'. Tive que mudar meu e-mail institucional de tanta ameaça. Dizendo que eu era a pior espécie de professor, mas que graças a iniciativas

como o Escola Sem Partido eu seria exterminada. Minha defesa foi processá-lo, e o processo está correndo. Nunca imaginei que algo assim pudesse um dia acontecer.”

Janeth de Souza e Silva, professora do Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu (RJ) também relata:

“Eu sou professora da rede estadual desde 1984 e estou respondendo a uma sindicância por ‘doutrinação ideológica’. Sou professora de inglês e defendo a escola pública como sempre defendi a vida toda. Estamos em uma greve de cinco meses aqui no Rio, e, toda vez que tem uma greve, eu converso com os meus alunos e explico os motivos das greves e o desrespeito que os governantes têm com a educação e os educadores. Acho que eles têm o direito de saber os motivos das greves que os afetam diretamente. E parece que agora isso é tido como doutrinação. Um belo dia eu dei minha aula e, quando estava saindo, me ligaram dizendo que eu precisaria comparecer à Metropolitana 1, que fica no centro de Nova Iguaçu e que responde pela Secretaria de Educação no meu município. Assim fiquei sabendo que havia uma gravação de 40 minutos de uma aula minha, que havia uma sindicância e que a acusação era doutrinação ideológica. Não fui chamada pela coordenação da escola, extremamente autoritária, fui chamada diretamente pela secretaria. Fiquei muito surpresa, mas continuo achando que, se eu for participar de uma greve, meus alunos têm o direito de saber os motivos, mesmo porque ensino futuros professores. Eu já poderia estar me aposentando pelos meus anos de trabalho, mas continuo na escola pública porque acredito que ela deve mudar, que a gente vai conseguir melhorar a educação, quero dar uma educação de qualidade aos meus alunos. A sindicância foi aberta em novembro de 2015 e até agora não tive qualquer notícia.”

Gabriela Viola, professora de Colégio Estadual em Curitiba (PR):

“Enquanto professora, acredito que o conhecimento tem que ser construído em parceria com os alunos. Cada aluno traz o seu próprio conhecimento, cultura de vida, então um tema nunca é abordado da mesma forma. Eu levo um tema e a partir de um debate ele vira um conhecimento

conjunto. E minha relação com os estudantes foi construída com muito respeito, nunca precisei tirar aluno de sala de aula ou aumentar o tom de voz. E nunca tinha sofrido qualquer tipo de repressão antes do ocorrido. O ataque veio por parte de páginas de direita, principalmente por causa do autor escolhido e do ritmo de música, que é marginalizado dentro da sociedade. Existem pessoas que pensam que sua cultura é superior a outras e é um pensamento etnocêntrico. E em cada ano do ensino médio a sociologia vai focar em um aspecto. O primeiro ano do ensino médio é mais voltado à sociologia, quando os alunos entram em contato com os pensadores clássicos como Durkheim, Marx e Weber. O segundo ano é um estudo de cultura e o terceiro ano, ciência política. Esse trabalho foi realizado no primeiro ano, e eu já tinha trabalhado outros autores. Hoje em dia, a sala de aula não é mais atrativa, é um desafio para o professor fazer com que a sala inteira participe da sua aula, que se envolva com o debate, e não apenas copie no caderno. A paródia [versão do funk Baile de favela com letra falando das teorias de Karl Marx] foi uma forma que eu encontrei de fazer a sala toda participar do conteúdo. Eles que escolheram o estilo musical, fizeram a paródia. O que eu fiz, que é um papel da sociologia, foi pegar algo que estava pronto na sociedade, desconstruir isso e construir algo novo. A gente ressignificou. Aí postei a música no Facebook no domingo à noite, e, no dia seguinte, o vídeo já estava em um monte de páginas, inclusive dizendo que era doutrinação ideológica. Algumas páginas de direita me ameaçaram. Na segunda-feira à noite, o vídeo já tinha 150 mil visualizações. A coordenação do colégio me chamou e disse que era para eu ficar em casa enquanto o Núcleo Regional de Educação resolveria o que fazer com meu caso. Não chegaram a se opor oficialmente, mas o fato de me mandarem para casa fez como que os alunos se mobilizassem no colégio e houve duas manifestações, de manhã e à noite, e também criaram a hashtag #VoltaGabi. Na mobilização da noite, a patrulha escolar foi chamada, mas apareceram três carros da Rotam. Acho que ninguém esperava essa pressão dos alunos e acho que a repercussão negativa de me mandar para casa influenciou na decisão de me trazer de volta. Nós, professores, estamos sendo massacrados, apanhamos na rua quando pedimos melhor alimentação nas escolas, estamos sofrendo cortes. Então,

esse projeto Escola Sem Partido não quer a qualidade da educação. Ele vem de setores fundamentalistas que querem cada vez mais uma sociedade passiva e ignorante. A escola sem partido é escola de um partido só.”

Por último, **Alice Aparecida e Silva, professora do Instituto de Educação Estadual de Londrina (PR)**, nos conta:

“Eu sou professora de geografia, atualmente trabalho com ensino médio regular, profissionalizante e fundamental 9º ano e sou professora há 22 anos. Em junho, aconteceu um evento organizado pela equipe multidisciplinar do colégio em que nós debatemos a questão de gênero, desde violência contra a mulher, cultura do estupro, orientação sexual em toda a sua diversidade, e culminou no Dia Mundial do Orgulho LGBT. Nós falamos também sobre a questão geracional, acessibilidade, idosos e prevenção de drogas, foi um trabalho amplo chamado ‘Diversidade e Sustentabilidade’. Nosso trabalho foi recortado e denunciado ao Juizado da Infância e Juventude por um advogado que tem um blog chamado “Endireita Londrina”, dizendo que estávamos estimulando a erotização infantil e trabalhando a ideologia de gênero – o que, aliás, precisamos discutir porque não existe ideologia de gênero – e ensinando pornografia. Tudo porque um dos grupos, que estava trabalhando a questão da orientação sexual, levou uma drag queen para fazer uma performance na hora do intervalo. Foi uma série de atividades, mas o enfoque foi na performance da drag e em um pedaço de um filme chamado O homossexual não é perverso, perverso é o ambiente onde ele vive, de 1971. Um professor do próprio colégio fez o recorte, ele é amigo desse advogado Felipe Barros, que se apresenta como um defensor da família, da moral, da fé. A drag fez uma dança e três trocas de roupas, estava com todas as roupas. Isso está sendo chamado de pornografia. Essa atividade aconteceu no turno em que temos só alunos de ensino médio. E, em todo o trabalho que foi feito, foi feita uma arrecadação de fraldas geriátricas; professores e alunos falaram sobre o que pensam sobre drogas, direitos, deveres, diversidade sexual. Foi um semestre nesse trabalho que culminou nessas apresentações. Nós respondemos que não infringimos nenhuma lei, que trabalhamos com o conteúdo do MEC e que o foco foi o respeito à diversidade – rompermos com o

machismo, homofobia, preconceito contra o idoso, responsabilidade ambiental, respeito ao outro. Fizemos esse trabalho com adolescentes, não havia crianças na escola. Eu fui muito ameaçada na página do advogado. O processo está correndo e seremos chamados para nos defender. Já abrimos um processo contra o professor e contra o advogado. Esse advogado orienta estudantes a filmar as aulas para denunciar os professores, como na lei da mordaza. Nas redes sociais, sofremos muito ataque, assim como na página dele. Alguns dizendo que não servimos nem para dar aula para animais. As defesas que foram feitas nas páginas foram excluídas. As manifestações homofóbicas, machistas e racistas na escola são recorrentes. Trabalhar esses temas é fundamental. Nós vivemos em uma sociedade bastante preconceituosa e excludente, e a escola é o reflexo desse contexto”.

Por tratar-se de desdobramento tão relevante e que merece ampla discussão, diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado BACELAR